

## NABUCO, OS INGLESES E A ABOLIÇÃO

BETHELL, Leslie; e CARVALHO, José Murilo de. *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (correspondência 1880 – 1905)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, 450 p.

ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. São Paulo: Unesp, 2009, 447 p.

*E*femérides são momentos propícios para revisões ou simplesmente resgates de eventos, obras ou autores do passado. Uma parcela de nossa produção historiográfica move-se, em parte, em torno desse tipo de celebração. Os duzentos anos da chegada da família real ao Brasil ultrapassaram mesmo o âmbito acadêmico e tiveram enorme repercussão na mídia. Boa parte do que se diz, do que se mostra e ainda do que se escreve nessas ocasiões é, não por coincidência, efêmero: vai e vem com muito barulho e pouca sedimentação. Há, naturalmente, os casos em que o resultado é duradouro. O exemplo mais flagrante pode ser encontrado na produção historiográfica, abundante e de boa qualidade, que se publicou sobre escravidão em torno da celebração dos cem anos da Abolição, em 1988. Ela veio para ficar e ainda continua rendendo frutos. É claro que, nesse caso, havia uma sólida base

consolidada na produção dos programas de pós-graduação, então em franco desenvolvimento, além de toda a tradição sociológica e antropológica que já vinha, há décadas, trabalhando as questões raciais e referentes à escravidão no país.

Há ainda efemérides que rendem frutos mais ou menos involuntários. E esse é o caso de Joaquim Nabuco. Em 1999, comemoraram-se o sesquicentenário dos nascimentos de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, inclusive com um prêmio para as melhores monografias sobre os personagens, promovido pelo Ministério da Cultura e pela Fundação Nestlé. Se o evento em torno de Rui não rendeu muito mais que isso, o mesmo não se deu com Nabuco. Coincidência ou não, o que se seguiu foi um verdadeiro *boom* de Joaquim Nabuco, talvez polarizado por outra efeméride, o centenário de sua morte, que se celebrou em 2010. De lá para cá, houve uma série

de reedições de suas obras, bem como de outros tantos trabalhos sobre ele. Deixando muita coisa de fora, façamos um rápido retrospecto.

Em 1997, por ocasião dos cem anos da publicação de *Um estadista do Império*, a obra mereceu uma cuidadosa reedição, a quinta, em dois volumes, com comentários, pela editora Topbooks. No mesmo ano, foi a vez de *Minha formação*, reeditada pela Ediouro, que foi seguida pela Topbooks, em 1999, e pela Itatiaia e pela Martin Claret, em 2004. *O abolicionismo* mereceu reedições pela Nova Fronteira, em 1999, pela Vozes, em 2000, e pela UnB, em 2003. *A Correspondência – Machado de Assis/Joaquim Nabuco* (editada por Graça Aranha) foi reeditada pela Topbooks em 2003, e *Balmaceda*, pela Cosac Naify, em 2008. Houve ainda a edição de obras inéditas, como *A escravidão*, pela Nova Fronteira, em 1999, e seus *Diários*, pela Bem-Te-Vi, em 2005. No mesmo período, foram publicados alguns trabalhos sobre Joaquim Nabuco: Vamireh Chacon, *Joaquim Nabuco: revolucionário conservador*, pelo Senado Federal, em 2000; José Almino de Alencar e Silva Neto e Ana Pessoa, *Joaquim Nabuco. O dever da política*, pela Casa de Rui Barbosa, em 2002; Ricardo Salles, *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império*, pela Topbooks, também em 2002; Angela Alonso, *Joaquim Nabuco. Os salões e as ruas*, pela

Companhia das Letras, em 2007. E agora é a vez de dois livros que divulgam a correspondência entre Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society, aqui comentados.

Talvez nada agradasse mais a Nabuco que ver suas conexões com uma sociedade abolicionista inglesa divulgadas e reexaminadas. Principalmente porque essa não era uma sociedade qualquer, mas aquela que incorporava as mais expressivas tradições de aproximadamente um século de abolicionismo britânico. Afinal, quando falou sobre si, em *Minha formação*, Nabuco fez questão de enfatizar seu cosmopolitismo:

Sou antes um espectador do meu século do que do meu país; a peça é para mim a civilização, e se está representando em todos os teatros da humanidade [...].

No entanto, nesse mesmo trabalho, ele não deu maior importância aos contatos que manteve com a organização britânica ao longo da campanha abolicionista. Fato que, seguido por biógrafos e estudiosos de sua vida e obra, vem agora ser corrigido pelos trabalhos de Leslie Bethell & José Murilo de Carvalho e de Antonio Penalves Rocha.

O primeiro livro apresenta a correspondência entre Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (BFASS) a partir de uma pequena introdução de trinta páginas.

São, ao todo, cem cartas, trocadas entre 1880 e 1905, publicadas em inglês e traduzidas para o português numa edição bilíngue, seguidas de uma cronologia e informações sobre os dirigentes da BFASS. Na introdução, os autores chamam a atenção para o fato de que a relação entre Nabuco e os abolicionistas britânicos tem sido um dos aspectos menos estudados de sua trajetória. A sua participação na luta abolicionista se iniciara quando, em 1879, assumiu seu primeiro mandato como deputado geral do Império, por Pernambuco. Liberal, ele secundou o deputado baiano Jerônimo Sodré que, pouco antes, pedira, na tribuna, a abolição. No início de setembro do mesmo ano, Nabuco condenou a proposta do governo de trazer trabalhadores chineses – os *coolies* – como forma de substituir o trabalho escravo que escasseava nas fazendas. No dia 30, voltou à tribuna, dessa vez para denunciar o uso ilegal de trabalhadores escravos pela St. John Del Rey Mining Company, da Inglaterra. O discurso lhe valeu uma carta de congratulações do secretário da BFASS, Charles Allen. Era o início de uma correspondência que perduraria até 13 de janeiro de 1905, data da última carta de Nabuco à viúva de Allen, falecido em 1901.

A correspondência coligida por Penalves Rocha soma 99 cartas. Em sua maior parte, são as mesmas editadas no livro de Bethell & Carvalho,

pesquisadas na Fundação Joaquim Nabuco e na Rhodes House Library. Contudo, há diferenças importantes entre as duas obras. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao próprio material editado. Não se trata apenas de diferenças de tradução e do fato de que o livro de Bethell & Carvalho contém os originais em inglês. O escopo temporal é ligeiramente distinto, o livro de Penalves se encerrando em 1902 e o de Bethell & Carvalho, em 1905. Há também algumas cartas que estão em um livro e não em outro.

Mas a principal diferença entre as duas publicações diz respeito à interpretação que ambas conferem ao material publicado. Para Leslie Bethell & José Murilo de Carvalho, as cartas mostram que o contato entre Nabuco e os abolicionistas britânicos foi mais que algo secundário em sua trajetória, algo do que ele se ocupava apenas quando estava excluído da Câmara. O contato teria significado uma tentativa consciente de Nabuco de expandir internacionalmente a arena da luta contra a escravidão no Brasil, “para o centro da economia e do poder mundial na época”, tendo sido a “tática plenamente exitosa” (p. 13).

A tese de Penalves – sobre a qual incidirão os comentários dessa resenha – não é essa. Para ele, houve uma coligação entre Joaquim Nabuco e a BFASS, envolvendo ainda uma terceira parte, o jornal *Rio News*, escrito em inglês, editado e publicado no Rio

de Janeiro por Andrew Jackson Lamourieux, e que tinha circulação entre estrangeiros e no exterior. O jornal teria desempenhado um importante papel na divulgação das ações de Nabuco junto ao público culto do Rio de Janeiro e junto à opinião pública londrina. De acordo com Penalves, a BFASS viu na correspondência com Nabuco, nomeado correspondente da organização, uma maneira de justificar sua atuação e sua existência em um momento em que a luta contra a escravidão, extinta em quase todo o hemisfério ocidental, já não despertava tanta atenção e apoio junto à opinião pública britânica. Para Joaquim Nabuco, por sua vez,

ligar-se à BFASS representava antes de tudo ganhar projeção internacional para consolidar sua carreira como político profissional abolicionista (Rocha, p. 25 ).

Para demonstrar sua tese, o livro é dividido em três partes. A primeira traz três capítulos em que são discutidos o papel e a trajetória da BFASS, de Joaquim Nabuco e do *Rio News*. A segunda discute como se deu na prática a coligação entre Nabuco e a BFASS, considerando diversos episódios que marcaram a relação entre o brasileiro e a organização britânica. Finalmente, a terceira apresenta a correspondência, que merece diversas referências diretas nas duas partes anteriores. Diferentemente do traba-

lho de Leslie Bethell & José Murilo de Carvalho, o texto escrito por Penalves é extenso, com pouco mais de duzentas páginas.

Sua tese também é mais polêmica, apresentada de forma um tanto bombástica: visa colocar por terra todas as interpretações até aqui existentes sobre Joaquim Nabuco, que, em menor ou maior grau, compraram a ideia, produzida pelo próprio Nabuco durante a coligação e, mais tarde, em sua obra histórica e autobiográfica, de que ele teria sido o grande líder abolicionista brasileiro. Mesmo aqueles historiadores que identificaram outras lideranças abolicionistas tão ou mais importantes que Nabuco não teriam percebido o engodo montado por Nabuco e, mais tarde, por sua filha, Carolina Nabuco, que o colocou no centro de acontecimentos nos quais ele não teria sido o principal protagonista. De acordo com essa imagem, Nabuco estaria para o abolicionismo brasileiro como Lloyd Garrison para o abolicionismo norte-americano. O cotejamento dos fatos, no entanto, demonstraria que

a repetição histórica é regulada pelo par tragédia e farsa, em vez de atestar o ponto de vista de Joaquim Nabuco sobre a semelhança entre o seu abolicionismo e o de Garrison (p. 205).

Não resta dúvida de que, entre o abolicionismo de Nabuco e o de

Garrison, apesar dos elementos comuns a uma grande tendência política e de opinião que atravessou quase todo o século XIX, há grandes diferenças. Afinal, Garrison atuou em condições históricas completamente distintas e anteriores àquelas em que se viu Nabuco, que tinha em Garrison um modelo a ser seguido. No entanto, considerar Garrison a tragédia e Nabuco a farsa é, no mínimo, discutível. Vejamos isso mais detalhadamente.

Para Penalves, Nabuco teria sido portador de um abolicionismo “para inglês ver”, expressão que aparece mais de uma vez na sua narrativa. A principal preocupação de Nabuco seria a de garantir sua posição de “político profissional” abolicionista, pertencente ao Partido Liberal. Ele teria vendido uma imagem de líder do movimento para a BFASS para assegurar um papel privilegiado na interlocução com a sociedade britânica. Este era o sentido da “coligação” entre as duas partes. Cabe observar que não há qualquer passagem na documentação apresentada que justifique o uso desse termo para explicar ou descrever as relações estabelecidas entre Nabuco e a associação britânica. Havia interesses em comum, além, é claro, da própria abolição, entre as duas partes. Nabuco via na aproximação com a BFASS um aspecto importante de sua estratégia política e pessoal, também é certo. Daí falar em coligação é uma outra histó-

ria. O termo dá a entender uma intencionalidade, uma centralidade e uma estratégia, arquitetadas em comum, que simplesmente não aparecem no material apresentado. É possível que a BFASS desse mais importância à conexão com Nabuco do que vice-versa, já que há uma quantidade maior de cartas endereçadas por ela a Nabuco do que o contrário. É natural. A luta para Nabuco era muito mais central do que para a associação britânica e seu papel – ainda que Penalves o negue – muito mais decisivo. Nabuco dedicou-se mais a seu contato e à sua participação na BFASS quando da sua estada mais prolongada em Londres, entre fevereiro de 1882 e abril de 1884. Ao todo, entre 1880 e 1889, durante a campanha abolicionista, enviou 34 cartas à sociedade britânica. Dessas, nove foram encaminhadas antes de ele partir para Londres no início de 1882, e outras dez cartas foram remetidas entre 1885 e 1889, portanto depois de sua volta ao Brasil. Quase metade da correspondência do período – quinze cartas – foi escrita enquanto vivia em Londres. Isso demonstra que, conforme aumentaram a intensidade da campanha abolicionista e a participação de Nabuco nela, diminuiu sua interação com a BFASS.

Penalves não leva esse fato em consideração e cita uma carta de Nabuco à BFASS, em que ele teria insinuado,

mais uma vez para inglês ver, que [...] havia tido uma atuação relevante, em 1886, na aprovação da Lei de Abolição do Açóite (p. 168).

Na carta, Nabuco considera que havia provavelmente feito mais “pela nossa causa”, escrevendo em *O País*, do que se estivesse no parlamento, uma vez que “pela imprensa pressionamos o Gabinete conservador para que aprovasse a lei que proíbe o açóite [...]”. (p. 355). Podemos discutir à vontade o papel da imprensa na aprovação da lei, mais especificamente de *O País* e, ainda mais detalhadamente, da coluna de Joaquim Nabuco naquele jornal. Pode-se chegar mais para cá ou mais para lá. Dificilmente poder-se-á negar que a opinião pública desempenhou um papel relevante na campanha abolicionista e em suas conquistas, a proibição da pena de açóite entre elas.

Outros fatores também devem ser considerados nessas conquistas e, mais especificamente, na abolição da pena de açóite. A rebeldia escrava, àquela altura, já era bastante presente e notada. Temia-se que a manutenção da pena fosse um fator de seu acirramento. A pressão parlamentar também teve seu papel. Se foi ou não mais importante que a pressão da imprensa, é uma boa e importante discussão, ainda que todos esses fatores devam ser considerados em sua interconexão. Mas não há como negar que a imprensa cumpriu um papel e que os artigos

de Nabuco eram conhecidos, lidos e tinham repercussão. Por outro lado, não há o que discutir no que diz respeito ao fato de que ele era vaidoso, buscava se autopromover e estava “vendendo seu peixe” para a BFASS. Daí a considerar que estava jogando “para inglês ver” vai uma longa distância. Distância que a interpretação de Penalves, baseada nos dados por ele reunidos, não percorre.

A tese da coligação também pode ser contestada do ponto de vista de sua plausibilidade. A adesão incondicional à causa abolicionista não era o melhor caminho para se projetar como político profissional do partido liberal, e não há por que considerar que Nabuco ignorasse esse fato. Era filho de um estadista imperial, senador e conselheiro do Império, um dos fundadores do novo Partido Liberal, tendo sido eleito em seu primeiro mandato pela mera intercessão do pai, sem ter que pôr os pés em Recife. Por que teria necessidade de se projetar como líder abolicionista internacional para fazer carreira? Ao contrário, sua carreira como político profissional mais perdeu do que ganhou com sua adesão ao abolicionismo. Seus biógrafos e estudiosos – que não se ativeram a *Minha formação* e à sua biografia, escrita pela filha, como deixa a entender Penalves, e que estudaram o período abolicionista, mergulhando na documentação – mostram esse fato. O empenho de Nabuco na causa abo-

licionista foi malvisto pela boa sociedade da época e lhe trouxe mais transtornos que benefícios.

Para reforçar sua tese do abolicionismo para inglês ver de Nabuco, Penalves lança mão ainda de outra argumentação: as limitações, para dizer o mínimo, de seu abolicionismo. Resumidamente, para ele, o abolicionismo de Nabuco era dirigido aos senhores e aos “ricos”, e não aos escravos, ou, mais precisamente, dirigia-se ao “mandarinato imperial”. Para demonstrar sua opinião, ele discute como, por volta de 1886, Nabuco via o problema da escravidão em relação à organização política vigente no Império, citando um artigo publicado em *O País*, em dezembro daquele ano, em que Nabuco considerava que, para os que detinham o monopólio da representação política, “entre nós não existe povo nem opinião pública” (p. 85). Tudo girava em torno do imperador. Daí, concluía que o partido liberal deveria entrar “no terreno das reformas sociais, que afetam massas inconscientes do povo” (p. 85). E como o imperador aderiria aos preconceitos conservadores, os liberais só tinham uma alternativa:

por certo não temos povo, *politicamente falando* [grifos meus], mas é preciso supor que ele existe. A agitação acaba por fazer nascer a consciência. Nós não podemos resignar-nos a que o Partido Liberal se converta ao absolutismo (p. 85).

O comentário de Penalves a essa passagem é expressivo de sua posição e da forma como tece sua argumentação. Sem maiores problemas, ele refere esse posicionamento a considerações que Nabuco fez em *Minha formação*, obra escrita quatorze anos mais tarde, depois da Abolição, da Proclamação da República, de sua guinada conservadora e que visava enaltecer a monarquia e seu papel na Abolição. Por isso, Penalves conclui que sua intenção de reorganizar o Partido Liberal, como expressa no artigo de 1886, “jamais saiu do papel” e que, “[d]e qualquer maneira, uma coisa é indiscutível: a campanha abolicionista de Joaquim Nabuco ficou circunscrita aos ‘ricos’ e ao ‘absolutismo’” (p. 85).

Há aqui um abuso da memória construída por Nabuco e por outros, num período posterior aos fatos que estão sendo tratados, memória, aliás, que o próprio Penalves colocou em xeque, como já salientado em outro momento de sua tese. Mas vejamos sua argumentação mais de perto.

Nabuco nunca foi um petroleiro ou um comunista, ainda que disso tenha sido acusado por diversos de seus adversários escravagistas, no período da luta abolicionista. Era e sempre foi um liberal e um moderado. São conhecidas as passagens em cartas, discursos, panfletos e livros em que diz que a propaganda e a ação abolicionista não deveriam ser dirigi-

das ao escravo, que a abolição deveria ser conseguida no parlamento, etc. Esses posicionamentos levaram alguns analistas posteriores a interpretar seu abolicionismo e seu papel no movimento como sendo de natureza conservadora, oposta a uma ala mais radical e, eventualmente, revolucionária, que representaria um outro abolicionismo, mais autêntico, mais consequente. Penalves não apenas concorda com essa avaliação, como também coloca em questão o fato de que Joaquim Nabuco tivesse desempenhado um papel relevante, ainda que conservador, no abolicionismo. Vê duas evidências nesse sentido.

Em primeiro lugar, sua atuação na imprensa, nas conferências, etc. se dirigia a um público restrito. Isso por opção sua e por impossibilidade real,

dado que muito pouca gente ouvia os seus discursos ou lia seus artigos num Brasil rural, cuja população era predominantemente analfabeta (p. 239).

Em segundo lugar, entre 1884, data da volta de Nabuco ao Brasil depois de uma estada em Londres de mais de dois anos e meio, e maio de 1888, ele teria passado cerca de sete meses e meio na Europa e outros cinco a bordo de navios, em suas viagens à Europa e suas idas e vindas entre Rio de Janeiro e Recife. Ao todo, teria levado um ano e pouco, ou ¼ desse período, viajando.

Não creio que essa observação mereça maiores comentários. Trata-se de uma contabilidade que leva a lugar nenhum. Poder-se-iam incluir também as horas em que esteve passeando – afinal, suas recordações estão cheias de lembranças de passeios – frequentando recepções, festas, etc. Não se vai longe por aí. O ponto do alcance de sua atuação, no entanto, merece algumas considerações.

Penalves não faz muitas referências, se é que faz alguma, ao fato de que Joaquim Nabuco participava de *meetings* e comícios de rua, e não apenas em campanhas eleitorais, mas em eventos abolicionistas em geral. Pode-se discutir se essas atingiam ou não muitas pessoas. A historiografia, até hoje, tem considerado que sim. Pode-se discutir ainda qual a repercussão dessas manifestações urbanas em um país rural. Pelo que sabemos, por notícias da imprensa, discursos parlamentares, relatórios policiais e de outras autoridades, recordações posteriores de participantes e outras pessoas da época, assim como através de cartas privadas, diários, enfim, das fontes disponíveis e já em larga medida trabalhadas, a campanha abolicionista incendiou diversas cidades do Império: a Corte, Campos dos Goytacazes, Santos, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre e outras tantas.

Sabemos que essa agitação urbana repercutia em uma sociedade predominantemente rural. Não há espa-

ço e nem é o caso de discutir o papel das cidades como centros de poder, polos de dominação e irradiação cultural, moral, política, militar em sociedades agrárias – até mesmo nas escravistas. Basta apenas assinalar o fato e lembrar o peso que as agitações urbanas tiveram especificamente em todo o século XIX brasileiro. A palavra escrita repercutia ainda mais nas áreas urbanas, mesmo que majoritariamente povoadas por analfabetos. Era ampliada e retransmitida por uma cadeia de jornalheiros, agitadores, transeuntes que perambulavam pelas ruas, reunidos em quiosques, cafés, tabernas, tascas. Os acontecimentos eram comentados e magnificados por uma rede informal de informações que se articulava e era alimentada, ao mesmo tempo que o alimentava, pelo circuito formal de discursos, notícias etc. As sedes dos jornais eram pontos de encontro em que se sabia dos acontecimentos em primeira mão, se faziam discursos, se espalhavam boatos ou fatos verdadeiros, e onde pequenas multidões se aglomeravam.

Nesse quadro, a atuação de Nabuco repercutia, como sempre se achou e ainda se acha, da mesma forma que as atuações de Luís Gama, José do Patrocínio, Silva Jardim e outros abolicionistas urbanos. É verdade que Nabuco tinha uma atuação mais voltada para o parlamento e Patrocínio e Jardim, por exemplo, eram mais agitadores. No entanto, todos

se viam e eram vistos como participantes de uma mesma luta. Apoiavam-se explícita ou implicitamente em diversas ocasiões. Divergiram muitas vezes. Talvez até – e eu acredito nisso – Nabuco idealmente quisesse que tudo ficasse restrito a discussões parlamentares. Mas, simplesmente, não foi assim que as coisas aconteceram. A radicalização da campanha impôs-se a ele, tanto no plano das formas de luta quanto no que diz respeito às suas concepções.

Pode-se argumentar que o fator predominante para a abolição, entretanto, não aconteceu nas cidades, mas nas zonas rurais. Lá, a ação direta de abolicionistas como Antonio Bento e seus caifases, assaltando as senzalas e promovendo a evasão de cativos, bem como as fugas e levantes em massa de escravos, foram os fatores decisivos para a abolição – sem dúvida, e não cabe especular quanto a isso. As fugas em massa em São Paulo contaram decisivamente para que alguns, como Antonio Prado e João Alfredo, se convertessem à abolição imediata e para que o Treze de Maio acontecesse. Foi assim que se deu. Tampouco cabe especular se este movimento foi independente da agitação abolicionista urbana. Poderia ter sido. Por que não? Mas não foi assim que aconteceu. Foi a agitação abolicionista urbana, da qual Nabuco foi um dos participantes de destaque, que acendeu a fagulha que incendiou

os campos. E, diante do incêndio, o moderado Nabuco não recuou. Seguiu, com outros, na propaganda abolicionista. Foi tentar buscar apoio internacional, o apoio do papa, e não se dirigiu para o interior paulista, é verdade. Mas não desautorizou ou condenou o movimento e, quando provocado, o defendeu. Preferia, talvez, que aquilo não estivesse acontecendo. Porém, mais uma vez, não cabe especular: diante do que acontecia, posicionou-se a favor do abolicionismo como estava de fato ocorrendo. Agiu assim e os contemporâneos – abolicionistas e escravagistas – entenderam seu posicionamento dessa maneira.

Nabuco, depois, mudou de opinião sobre os acontecimentos. A partir da Proclamação da República, suas cartas e seus posicionamentos deixam entrever que considerou a abolição, da forma que fora feita, com o clamor das ruas, ou como preferia, no bojo da “onda democrática”, como uma precipitação. Avaliar sua atuação como ele a imaginou mais tarde, como sendo fruto de uma trajetória retilínea desde suas primeiras experiências, em que condenava a escravidão que vivia em seu ambiente familiar, como o faz Penalves, é um erro. Nesse ponto, ironicamente, parece que sucumbiu à autoimagem de Joaquim Nabuco, que tanto se empenha em negar.

Passemos agora à questão do sentido do abolicionismo de Nabuco,

certamente a discussão mais importante. Isso não apenas em relação ao seu abolicionismo, mas ao abolicionismo como um todo, enquanto movimento político e social. Uma questão que o próprio Penalves, citando David Brion Davis no início de seu texto, salienta como sendo crucial e longe de estar encerrada.

O que pregava o abolicionismo de Joaquim Nabuco e qual a relação dessa pregação com outras pregações e setores do movimento abolicionista? A resposta para essa questão não é muito difícil e o próprio Nabuco se encarregou de dá-la em diversas ocasiões, entre 1883 e 1888. A começar com seu livro, escrito em Londres e publicado em 1883, *O abolicionismo*. Trata-se, como já se argumentou fartamente, de uma tentativa explícita – a mais elaborada e sofisticada que conhecemos, diga-se de passagem – de entender o que estava acontecendo e o que deveria acontecer no país naquele momento, teorizando e prognosticando sobre esses fatos. Resumidamente, nele Nabuco defendia a abolição imediata e sem indenizações, principal bandeira dos abolicionistas. Bandeira que esgrimiam para se diferenciar do que denominavam escravagistas, isto é, de todos aqueles que se opusessem irredutivelmente à abolição ou, o que era o mais usual, tergiversassem sobre esse ponto, dizendo que o cumprimento da lei de 28 de setembro de 1871 já havia encaminha-

do a questão, que a abolição se deveria processar de forma gradual, que os senhores deveriam ser indenizados ou compensados pela perda de seus escravos. Mas *O abolicionismo* não parava por aí. A escravidão no Brasil era diferente daquela que havia sido experimentada no Sul dos Estados Unidos e nas colônias europeias do Caribe. Aqui, a escravidão era um fato nacional e não restrito a uma parte da nação, como nos Estados Unidos, ou circunscrita a áreas coloniais. Por isso, dizia respeito ao conjunto da nação e do povo. Os escravos e os libertos – entendidos por Nabuco como todos aqueles direta ou indiretamente descendentes de escravos – não eram no Brasil uma minoria. Compunham a maioria da nação e do povo, que, entretanto, a escravidão excluía da vida nacional. A abolição, nessas condições, representaria a constituição do povo. É esse o ponto que ele retomaria pouco depois, nas páginas de *O País*, como citado por Penalves, reproduzido acima, na passagem grifada por mim: “não temos povo, *politicamente falando*”. Era preciso supor que ele existisse. A agitação acabaria “por fazer nascer a consciência”. No entanto, como se vê em *O abolicionismo*, quando ele expôs sua posição mais detidamente, tratava-se de algo mais que a mera agitação. A abolição implicava na necessidade de realizar três outras tarefas correlatas: 1) a des-

truição da obra da escravidão, com uma reforma territorial que golpeasse de morte o latifúndio, através de sua taxação, e implantasse a pequena propriedade para os ex-escravos e os libertos; 2) a reforma do Estado, que se transformara numa máquina de empregos, democratizando-o; 3) a promoção da instrução no seio da população em geral e dos ex-escravos e libertos em particular.

Nabuco entendia, ainda, que estava em formação um “partido do abolicionismo”, mesmo que isso provavelmente não viesse a se completar de fato. O movimento nessa direção, ao abraçar a causa da abolição e a colocar acima de todas as outras questões do momento – conservadores ou liberais, república ou monarquia, federação ou centralização, imigração ou trabalhador nacional – exercia um papel dissolvente sobre os partidos existentes e sobre a ordem política, possibilitando uma reforma em profundidade das instituições.

Como se vê, posições nem um pouco “para inglês ver”.

E posições que alcançaram ampla repercussão na época. *O abolicionismo* foi distribuído como parte da estratégia de divulgar as ideias abolicionistas e de organizar o movimento em escala nacional. Boa parte delas eram originais de Nabuco e outras tantas eram encampadas por outras lideranças abolicionistas. No momento, esse fato não importa tanto. O que

importa é que aquele livro foi a mais completa formulação do que se poderia chamar, com alguma liberdade, de um “programa abolicionista”. Programa de um movimento bastante invertebrado, amplo, com diferentes correntes de opinião e formas de ver a luta. Mas, ainda assim, um movimento que conferiu um sentido disruptivo às lutas que os escravos travavam, que aglutinou diferentes seto-

res sociais, correntes políticas e de opinião. Um movimento com força suficiente para arrancar o Treze de Maio de um trono que nunca conseguira, se é que alguma vez tentara, para valer, descomprometer-se da escravidão. Não foi pouca coisa.

Porém, por trazer, além da polêmica, aspectos pouco estudados da trajetória de Joaquim Nabuco, o livro de Antonio Penalves Rocha é bem-vindo.

*Ricardo Salles*  
Universidade Federal do Estado  
do Rio de Janeiro